

Estudar o que se vive, estudar o que não se vive: a subjetividade de sujeitos-pesquisadores nos estudos sobre estigma¹

Luis Mauro Sá Martino

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor da Faculdade Cásper Líbero e professor visitante do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG). E-mail: lmsamartino@gmail.com

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da UFMG. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

Resumo: Em nossas atividades de orientação de pesquisa, com frequência somos interpelados por estudantes interessados em estudar processos de estigmatização derivados de suas próprias vivências. A presença de sujeitos vinculados a grupos historicamente estigmatizados em cursos de graduação e pós-graduação coloca, para docentes e discentes, o desafio de repensar as práticas de pesquisa: como articular o respeito às vivências dos sujeitos pesquisadores atravessados por experiências de estigmatização com os rigores e prazos acadêmicos?

Abstract: In our research supervision activities, we are frequently approached by students interested in studying stigmatization processes derived from their own experiences which poses, for professors and students, the challenge of rethinking research practices. How do we articulate respect for their experiences crossed by stigmatization with academic rigor? This text stems from unsystematic observation of the challenges brought about by encountering subjectivities in orientation activities.

Recebido: 27/08/23

Aprovado: 31/10/23

1 A realização deste trabalho contou com o apoio do CNPq e da Fapemig.

2 LOUZADA, Rita; SILVA FILHO, João. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, 2005.

3 FARO, André. Estresse e estressores na pós-graduação: estudo com mestres e doutorandos no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 51-60, 2013.

4 ANDRADE, Antonio S. et al. Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 36, n. 4, p. 831-846, 2016.

5 GOMES, Claudia; COMONIAN, Julia; ARAÚJO, Crislaine. Sofrimento psíquico na universidade: uma análise dos sentidos configurados por acadêmicos. **Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 72, n. 2, p. 255-266, 2018.

6 GRADELLA JÚNIOR, Osvaldo. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. **Cadernos de psicologia do trabalho**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-148, 2010.

7 ROZENDO, Kelly; DIAS, Carmen. Possibilidades de sofrimento psíquico no âmbito do mundo do trabalho do professor de pós-graduação strictu sensu. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 12, n. especial, p. 1640-1648, 2015.

8 WISKER, Gina. **The good supervisor**. London: Palgrave, 2012.

9 MAZZILLI, Sueli. **Orientação de dissertação e teses: em que consiste?** Araraquara: JM Editora, 2009.

10 SCHNETZLER, Roseli; OLIVEIRA, Cleiton. **Orientadores em foco**. Brasília, DF: Liberlivro, 2010.

11 MANCOVSKY, Viviana. Prologo. In: MANCOVSKY, Viviana (org.). **Pedagogia de la formación doctoral**. Buenos Aires: Biblos, 2021.

Este texto nasce das atividades de orientação, na observação assistemática, mas constante, dos desafios trazidos no encontro de subjetividades desse espaço acadêmico. Trabalha-se em três eixos: (1) aspectos do conceito de estigma; (2) suas implicações na constituição de sujeitos pesquisadores; e (3) os deslocamentos teóricos decorrentes desse processo. O pano de fundo é a experiência do ensino de Comunicação.

Palavras-chave: ensino; comunicação; pesquisa; estigma; subjetividade

The work is based on three axes: (1) aspects of the concept of stigma, (2) its implications in constituting research subjects, and (3) the theoretical displacements resulting from this process, against the backdrop of Communication Studies.

Keywords: teaching; communication; research; stigma; subjectivity.

1. INTRODUÇÃO

Em nossas atividades de orientação de pesquisa, com relativa frequência somos interpelados por estudantes com interesse em estudar situações ou processos de estigmatização derivados de suas próprias vivências. A chegada de grupos historicamente considerados marginalizados ao ensino de nível superior trouxe também a preocupação em estudar formas cotidianas de estigmatização à qual estão constantemente submetidos. Como trazer as experiências singularmente coletivas de opressão para as práticas de pesquisa, respeitando as vivências dos sujeitos pesquisadores atravessados, em suas experiências cotidianas, por processos de estigmatização e, ao mesmo tempo, os ditames e rigores (e os prazos) das pesquisas acadêmicas?

Nesse particular, observa-se um número crescente de estudos mostrando como as incongruências entre as possibilidades de elaboração potencial dos sujeitos pesquisadores e o alto grau de demandas acadêmicas vêm se traduzindo em fatores de sofrimento psíquico. A violência dos processos referentes às interpelações sociais e institucionais que demandam uma imediata percepção de pesquisadoras e pesquisadores frente às inúmeras solicitações e limites de seu próprio trabalho se apresenta sob formas diversas de sofrimento, como sugerem, dentre outros, Louzada e Silva Filho², Faro³, Andrade et al⁴ ou Gomes, Comonian e Araújo⁵, destacando o âmbito discente, ou Gradella Júnior⁶ ou Rozendo e Dias⁷, em relação às práticas docentes.

Espaço de encontro e colaboração entre sujeitos, as relações de orientação – e seguimos aqui indicações de Wisker⁸ e Mazzilli⁹, Schnetzler e Oliveira¹⁰ e Mancovsky¹¹ – parecem ser, por isso mesmo, um processo no qual o elemento estritamente acadêmico convive com outros. Como trabalhar o olhar de interpelação de um sujeito que traz para a reunião não um objeto de pesquisa, mas sua própria história? Não um recorte empírico, mas suas vivências e de suas famílias, amizades e comunidades? Não a objetividade de um olhar

distante para um cotidiano que não é o dele, mas a experiência de construção de formas de vida que se veem constantemente confrontadas com poderes instituídos e constrangimentos, dos quais a universidade, paradoxalmente, às vezes é vista como parte?

Essas perguntas, sem resposta imediata, compõem uma série de atravessamentos presentes na relação de orientação, na “clínica da orientação”, como definido por Martino e Marques¹². Em outro nível, seria possível objetar que há relações de orientação nas quais esse tipo de preocupação com a alteridade simplesmente não existe; no extremo, prescinde-se do próprio respeito – não faltam histórias, nos corredores universitários, de relações de orientação bastante complicadas, sejam no âmbito docente ou discente, como assinalam Martino¹³, Ferreira Sobrinho¹⁴, Schnetzler e Oliveira¹⁵.

Para a circunscrição do foco deste texto, parte-se do princípio de que a relação de orientação é atravessada pela presença de inquietações subjetivas nos sujeitos pesquisadores que, ao longo das reuniões, se desenvolvem na forma de questões de pesquisa nas quais o âmbito do pessoal se desdobra na experiência de comunidades mais amplas. Elas se situam entre a singularidade da experiência dos sujeitos, dentro de suas perspectivas do sensível e do estético que preside a relação do indivíduo com o mundo, ao mesmo tempo em que também se alargam no sentido de conter o âmbito da comunidade, da vida em comum da qual pode emergir o indivíduo, mas não o individualismo.

Em termos conceituais, a questão se desenvolve em torno da noção de “estigma”, proposta pelo sociólogo canadense Erving Goffman¹⁶ no livro de mesmo nome, publicado originalmente em 1963. A escolha se pauta, em termos teóricos, na perspectiva de exploração das potencialidades interpretativas do conceito em sua intersecção com a questão da violência, na trilha de Melo¹⁷, Costa e Dias¹⁸ e Sayão e Acyoli¹⁹.

No que se segue, o texto está dividido em três partes: (1) Exploram-se inicialmente alguns aspectos do conceito de estigma para (2) trabalhar suas implicações na constituição de sujeitos pesquisadores e (3) apontar alguns deslocamentos teórico-metodológicos decorrentes desse processo nas práticas de orientação.

2. A NOÇÃO DE ESTIGMA: DELINEAMENTOS CONCEITUAIS

Desde sua proposição original, nos anos 1960, a noção de “estigma” vem sendo objeto de uma vasta literatura, tanto no sentido de ampliar as perspectivas propostas inicialmente por Goffman²⁰, em sua apresentação do conceito, quanto de pensá-lo em diversas instâncias de sua manifestação. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma perspectiva de difícil delimitação empírica, uma vez que algumas das dimensões do estigma não são necessariamente visíveis a uma percepção e

12 MARTINO, Luís; MARQUES, Ângela. A afetividade do conhecimento na epistemologia. *Matrizes*, São Paulo, n. 8, p. 217-234, 2018.

13 Idem. *Métodos de pesquisa em Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2018.

14 FERREIRA SOBRINHO, José. *Pesquisa em Direito e redação da monografia jurídica*. Porto Alegre: Safe, 1997.

15 SCHNETZLER, Roseli; OLIVEIRA, Cleiton. *Orientadores...* Op. cit.

16 GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade danificada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

17 MELO, Zélia A. Estigma: espaço para a exclusão social. *Ciências, humanidades e letras*, Rio de Janeiro, v. 4, n. especial, p. 18-22, 2000.

18 COSTA, Flávia; DIAS, Naissa. “Tu nem é um homem de verdade”: estigma, violência simbólica e discursos de homofobia no contexto escolar. *Contracorrente*, Manaus, n. 13, p. 67-82, 2019.

19 SAYÃO, Sandro; ACIOLY, Dimitri. Goffman e Butler: sobre a desumanização do criminoso. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-31, 2020.

20 GOFFMAN, Erving. *Estigma...* Op. cit.

21 VERMOTE, Kristof. The macula servitutis of Roman freedmen. Neque enim aboletur turpitud, quae postea intermissa est? *Revue belge de philologie et d'histoire*, v. 94, n. 1, p. 131-164, 2016.

22 TYLER, Imogen. Resituating Erving Goffman. *The sociological review monograph*, Hoboken, v. 66, n. 4, p. 744-765, 2018.

23 KALEKIN-FISHMAN, Deborah; HISCOCK, Michel. Jeux, rituels et théâtre: éléments de la grammaire d'action sociale de Goffman. *Cahiers de sociologie économique et Culturelle*, Paris, v. 10, n. 1, p. 81-94, 1988.

a uma apreensão iniciais, estando vinculadas a estados e situações relacionadas às tramas sociais nas quais uma pessoa ou grupo estão inseridas.

Sua utilização nas Ciências Sociais, no entanto, parece ser consolidada sobretudo pelo que se poderia entender como um amplo potencial hermenêutico do conceito no sentido de dar conta de situações de interação social, um dos objetos por excelência do trabalho de Goffman, nas quais existe o reconhecimento mútuo de uma desigualdade inicial entre os participantes. Esse, de certo modo, é um dos cerne da proposição goffmaniana a respeito do estigma: ele é gratuito, e não há nenhum princípio de razão que o sustente exceto pela definição do que é, ou pode ser, um “estigma” dentro de uma determinada situação ou sociedade. Vermote²¹, por exemplo, sugere uma genealogia bastante ampla para a noção de “estigma”, remontando à “marca da servidão”, aplicada a determinadas pessoas, existente como elemento negativo no império romano.

Os debates sobre o conceito de estigma, lembra Tyler²², são concomitantes à publicação do livro de Goffman, e vale observar sua apropriação crítica a partir de estudos como os de Kalekin-Fishman e Hiscock²³, Puppín²⁴, Kleinman²⁵, Gibbons e Birks²⁶ ou Aranda²⁷. Este texto não deixa de agregar as críticas à ideia, sobretudo em termos do balizamento em uma perspectiva de “normalidade” presente no livro, ou na ausência de discussões a respeito das relações de poder que presidem os processos de estigmatização, como recordam, de modos diferentes, Kusow²⁸, Tyler e Slater²⁹ ou Miric et al³⁰.

Vale observar, de saída, que a denúncia feita por Goffman a respeito das características negativas do estigma não significa qualquer impossibilidade de indivíduos e grupos saírem dessa posição a partir da reivindicação da construção de novos olhares e representações a respeito de si mesmos: a percepção de uma situação de estigmatização é um diagnóstico, não um prognóstico, e começar pelas características negativas do estigma não significa deixar de lado as potencialidades de sua reapropriação discursiva e prática pelos grupos que se sentem assim representados.

Não existe, como mostra Goffman³¹, nenhum elemento responsável, *a priori*, pela existência de um estigma fora de um conjunto de elementos sociais dentro do qual algumas características são arbitrariamente dispostas dessa maneira. Tanto quanto não apresenta nenhuma justificativa de ordem cognitiva, o estigma, paradoxalmente, nunca é gratuito aos olhos de quem o perpetra: há sempre um princípio perverso de razão responsável por justificar, na perspectiva do opressor, a criação e manutenção de um estigma. Seu efeito, contudo, não se dá sem que a pessoa estigmatizada adote uma profunda autoconsciência da condição que lhe é atribuída, deixando de ver o processo como um elemento socialmente definido e entendendo a si mesma, enquanto indivíduo, como alguém fora do padrão.

Retrabalhando as considerações de Martino³², seria possível entender o estigma como uma característica, existente ou atribuída a uma pessoa ou grupo, responsável por inferiorizá-la frente ao julgamento dos demais. O estigma se revela, dessa maneira, como uma forma arbitrária de diminuição do status de

24 PUPPIN, Andrea. Da atualidade de Goffman para a análise de casos de interação social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, v. 80, n. 195, p. 244-261, 1999.

25 KLEINMAN, Arthur. Santé et stigmat. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, v. 143, n. 1, p. 97-99, 2002.

26 GIBBONS, Brogan; BIRKS, Matt. Is it time to re-visit Stigma? *British Journal of Mental Health Nursing*, Londres, v. 5, n. 4, p. 260-264, 2016.

27 ARANDA, Ana M. et al. Standing on the shoulders of Goffman. *Business & Society*, Thousand Oaks, v. 62, n. 7, p. 1339-1377, 2023.

28 KUSOW, Abdi. Contesting Stigma: On Goffman's assumptions of normative order. *Symbolic Interactionism*, Hoboken, v. 27, n. 2, p. 179-197, 2004.

29 TYLER, Imogen; SLATER, Tom. Rethinking the sociology of stigma. *The sociological review monograph*, Hoboken, v. 66, n. 4, p. 721-743, 2018.

30 MIRIC, Marija et al. Microsociologia del estigma. *Psicologia e Saber Social*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 172-185, 2017.

31 GOFFMAN, Erving. *Estigma*... Op. cit.

32 MARTINO, Luís. *10 lições sobre Goffman*. Petrópolis: Vozes, 2021.

uma pessoa ou grupo diante dos demais a partir de uma característica, real ou imaginária, que lhe é atribuída pelo restante da sociedade.

Uma das mais devastadoras formas de violência simbólica, para utilizar a expressão consagrada por Bourdieu³³, é levar o indivíduo a jogar contra si mesmo acreditando, no entanto, se beneficiar disso. Quando o indivíduo assume a condição de inferioridade que lhe é imposta, passa a trabalhar a partir dela no âmbito de suas relações sociais, e, de certa maneira, suas interações tendem a se pautar como um eterno pedido de desculpas pela própria existência (objetivado, por vezes, em expressões autodepreciativas como “eu sou desastrado mesmo”, “eu sou assim mesmo”, “só faço bobagem” e assim por diante).

O estigma desencadeia um processo de autopercepção desvalorizado, em que os sujeitos incorporam o que é dito a seu respeito e o transformam em uma condição autoatribuída. A estigmatização social decorrente de situações de inferiorização diante de uma perspectiva e expectativa de perfeição (por exemplo, o “fracasso” no casamento diante da imagem da “família perfeita”, a precariedade do trabalho diante do “case de sucesso”, a solidão de lidar com a própria angústia diante de redes sociais nas quais todos parecem felizes) e se revela tanto mais eficaz em termos simbólicos quanto mais se situa na dimensão de um imaginário a respeito do sucesso. O estigma, parece sugerir Goffman³⁴ em sua obra, existe sobretudo por contraste: só pode existir um circuito habitual e socialmente incorporado de inferiorização na medida em que se saiba qual é ou deve ser um “padrão”, compartilhado no tecido social a ponto de evitar questionamentos mais constantes.

Talvez não seja coincidência que Goffman tenha recorrido a diversos exemplos de situações de estigmatização relacionados, ou publicados, na mídia: trata-se de um espaço no qual esse tipo de relação se apresenta como particularmente carregado de uma visibilidade normativa em termos de definir as fronteiras do que é aceitável e valorizado em detrimento dos elementos de estigmatização de sujeitos e grupos.

É possível que um estigma seja apostado a alguém ou a algum grupo a partir de vários fatores. Características físicas seriam, de saída, as mais visíveis, dada a presença social do corpo como fator inicial de uma interação: cor da pele, tipo de cabelo, cor dos olhos, sinais físicos de qualquer natureza, necessidades especiais, o uso de qualquer tipo de prótese ou auxiliar de sensibilidade ou locomoção e elementos similares tendem a ser um fator inicial de estigmatização, responsável por definir, pela simples visibilidade pública, uma situação social de depreciação e inferiorização.

Espera-se, sobretudo, que o corpo estigmatizado corresponda aos elementos responsáveis por essa condição, que, se não forem ocultadas, tendem a ser sistematicamente realçadas pelo olhar de curiosidade, perplexidade ou condenação dos outros nas interações. “A identificação ambivalente, aliás, parece assimilar bem sua presença nos casos de pessoas que vivenciam a situação limítrofe entre ‘normais’ e ‘estigmatizados’: não são completamente ‘deficientes’, nem completamente ‘normais’”, comenta Puppín³⁵.

33 BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 2003, p. 55.

34 GOFFMAN, Erving. **Estigma...** Op. cit.

35 PUPPIN, Andrea. **Da atualidade...** Op. cit., p. 254.

Goffman³⁶ trouxe para a observação do cotidiano uma perspectiva que não apenas salientava os aspectos da pequena escala, mas relacionava-os com dimensões mais amplas – na síntese de alguns comentaristas, como Martino³⁷, Winkin³⁸, Nizet e Rigaux³⁹, a ordem da interação se articula com a ordem social. Goffman⁴⁰ conhecia a força dos olhares enviesados, dos sorrisos irônicos, dos movimentos de distanciamento e das expressões faciais de condenação endereçados a qualquer pessoa ou grupo estigmatizado no contato com aqueles que, por sua condição social e histórica, desfrutavam do privilégio de serem ignorados ao andarem na rua.

A visibilidade inevitável do corpo o torna fonte de um conjunto amplo e complexo de definições sociais, envolvendo-o em uma rede de significados na qual não existe perspectiva de neutralidade: todo corpo é um corpo político na medida em que se insere em uma trama de discursos sociais referentes aos lugares que sua presença pode afetar. “Percebe-se, então, um controle preciso da imagem projetada que a participante tem de si, diante de um *self* estigmatizado, com o objetivo final de aceitação social”, indica Pedrotti⁴¹.

Não é coincidência que o corpo seja um alvo primeiro de definições estigmatizantes. Suas características visíveis o tornam facilmente identificável dentro de relações de poder, reveladas nas produções discursivas a seu respeito diante de qualquer mínima diferença em relação a um suposto padrão: a “gorda”, o “careca”, a “magrela”, o “baixinho” e outras expressões do mesmo tipo são reveladores, no âmbito das interações sociais, do lugar ocupado pelo corpo no circuito de produção de estigmas.

Na dimensão das microrrelações cotidianas, a percepção da estigmatização a partir do corpo raramente escapa aos próprios sujeitos, que, em alguns casos, desenvolvem estratégias de ocultamento da característica que os torna alvos do estigma, como utilizar roupas que escondam o peso acima ou abaixo do “padrão”, sapatos com saltos para modificar a altura, penteados que disfarçam a calvície e assim por diante. Vale, a título de nota, observar a existência de toda uma indústria que se serve dos processos sociais de estigmatização para promover produtos e serviços: em linhas gerais, se há alguém se oferecendo para mudar as características de alguém, é porque existe uma percepção social de que se trata de um elemento estigmatizante.

Se é possível pensar em termos de uma metáfora, só se oferecem “curas” para o que é socialmente entendido como “doença”: não haveria tratamentos estéticos se não existisse um consenso tácito sobre o valor negativo de algumas características físicas. Como recordam Martino e Marques⁴², não se trata evidentemente da questão de saúde, mas de que maneira o elemento estético se entrelaça com esse tipo de perspectiva.

No âmbito da ideia de estigma, a percepção social de um problema parece gerar uma ampla oferta de tratamentos corretivos que, sem estarem ligados a nenhuma questão de saúde, se apresentam como parte de um circuito responsável por inserir, ou reinserir, o indivíduo dentro de uma perspectiva estética socialmente preponderante – se isso não for possível, ao menos torná-lo aceitável.

36 GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

37 MARTINO, Luís. 10 lições... Op. cit.

38 WINKIN, Yves. **A nova comunicação**. Campinas: Papirus, 1988.

39 NIZET, Jean; RIGAU, Natalie. **A sociologia de Erving Goffman**. Petrópolis: Vozes, 2016.

40 GOFFMAN, Erving. A ordem da interação. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 571-603, 2019.

41 PEDROTTI, Allane de Souza. Transgressões ao estigma de mulher negra e projeções de um *self* ressignificado. **Entreparavras**, Fortaleza, v. 9, n. 2, 2019, p. 77.

42 MARTINO, Luís; MARQUES, Angela. Toda gordinha tem o direito de se vestir bem e estar na moda. **Dobras**, São Paulo, n. 33, p. 16-37, 2021.

A existência e oferta desse tipo de serviço pode ser entendida como um sintoma da maneira como uma sociedade compreende a si mesma em termos das fronteiras do permitido e do interditado, sendo este último, quando assumido pelo indivíduo, a fonte possível de um estigma.

Tanto para estigmas visíveis quanto para os não visíveis, a relação de interação em um encontro misto torna-se delicada, tendo em vista a identidade social e as diferenças existentes entre os participantes, devido às quais precisam enfrentar os efeitos da interpretação de seus atributos para manter a interação fluida.⁴³

Relativamente menos visível em uma primeira interação, a origem social, lembra Goffman⁴⁴, é igualmente um fator de estigmatização dos sujeitos a partir do destaque quando se trata de alguém ligado ou oriundo de um espaço histórica e socialmente marginalizado. As características de um grupo, responsáveis por estigmatizá-lo socialmente, são igualmente atribuídas a cada um de seus participantes: fazer parte de uma comunidade historicamente marginalizada é levar consigo o estigma dessa condição, mesmo quando alguém, em termos individuais, se situa em uma outra posição dentro da sociedade. As definições de uma história – familiar, territorial, social – se apresentam como fatores possíveis de uma estigmatização na medida em que recordam ao indivíduo um vínculo socialmente passível de ser entendido como inferiorizante aos olhos de um outro grupo.

3. O ESTIGMA NA CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS – PESQUISADORES

Pode-se estudar o estigma com o qual se convive? De que maneira é possível trazer à tona um aspecto de tal ordem subjetivo e, ao mesmo tempo, levar com todo o rigor a prática de uma investigação? Como direcionar alunas e alunos no momento em que, como orientadoras e orientadores, esse tipo de questão é proposta? Na ausência de respostas unívocas, vale ressaltar a historicidade da própria questão no sentido de identificar quais seriam as condições de emergência dessas perguntas.

O debate sobre as condições de realizar uma pesquisa acadêmica de uma condição de estigmatização na qual se vive ou viveu, ou com a qual se mantém relações de proximidade de naturezas diversas, parece se inscrever em um dos mais antigos debates dentro das Ciências Sociais: a pergunta sobre as relações entre pesquisadoras e pesquisadores, de um lado, e objeto de pesquisa, de outro. Esse debate parece estar ligado, de maneira inicial, a uma discussão de fundo referente às possibilidades de realizar uma pesquisa “objetiva”, ou ter uma abordagem igualmente “objetiva” de determinada situação.

A reivindicação de cientificidade das Ciências Sociais, em certa medida, contribuiu, nessa discussão de origem, para transformar essa pergunta em um problema. Ao longo dos séculos XX e XXI, essa discussão escalou para um

43 PEDROTTI, Allane de Souza. *Transgressões...* Op. cit., p. 66.

44 GOFFMAN, Erving. *Estigma...* Op. cit.

questionamento de maior fôlego relativo à especificidade de uma concepção de ciências humanas que seria diferente das ciências exatas e biológicas em relação ao objeto, mas não necessariamente em seus fundamentos. Em termos esquemáticos, seria possível questionar em que medida esse debate efetivamente avançou, seja em termos institucionais ou epistemológicos, diante das diversas posições e tomadas de posições ao longo do tempo, seja reivindicando uma maior cientificidade, dentro de uma linha “objetiva”, seja advogando uma maior participação do aspecto pessoal nas investigações, dentro de uma perspectiva mais “subjetiva” – nomes, aliás, utilizados apenas a título de indicação, sem reivindicação de uma capacidade hermenêutica mais ampla.

Ao que tudo indica, essas discussões parecem ainda não ter chegado ao “chão de fábrica” da pesquisa acadêmica nas Ciências Sociais, em que cada caso é efetivamente debatido dentro de suas próprias condições e propostas. O questionamento da cientificidade, na prática, não parece ter gerado um conjunto de epistemologias próprias das Humanas, e mesmo os modelos de redação acadêmica e avaliação de cursos universitários *strictu sensu* seguem, de modo mais ou menos próximo, as práticas das exatas e biológicas.

Espera-se uma justificação de cientificidade de pesquisa em moldes semelhantes ao de outras áreas, o que poderia ser interpretado como uma reivindicação, ainda que não de todo aberta, de reconhecimento do mesmo patamar de validação de outras áreas do conhecimento.

Essa discussão, sem uma resposta consensual, desemboca nas práticas de orientação no momento em que nossas alunas e alunos, sobretudo nos contatos iniciais, trazem como inquietação para estudar uma situação na qual estão, ou estiveram até pouco tempo antes, imersos. Objetivado em perguntas como “Posso estudar a organização onde trabalho?”, “Queria estudar minha religião. Posso?” ou “Vale estudar minha própria experiência?”, esse tipo de questão parece nascer, sobretudo, de situações sociais nas quais os vínculos não só se pautam pela desigualdade histórica de oportunidades, mas, sobretudo, pela percepção e indagação de vivências.

De onde podem emergir interesses de pesquisa? Certamente não há regras ou regularidades a respeito, mas tanto a prática quanto alguns manuais de metodologia tendem a recomendar que perguntas e objetos sejam pensados a partir dos interesses dos sujeitos. Não se pesquisa aquilo que não incomoda, e parece existir algum tipo de poética da inquietação na definição de atividades acadêmicas: estuda-se o vivido, o que provoca interesse pelo afeto que provoca, e essa questão parece ultrapassar, de saída, qualquer perspectiva estritamente cognitiva. De acordo com Moriceau⁴⁵, e uma certa racionalidade pode, efetivamente, auxiliar na elaboração da versão final de uma pergunta de pesquisa, é possível considerar, do mesmo modo, o lugar dos afetos e das emoções na definição de temas.

É possível desdobrar essa ideia em dois aspectos. De um lado, Bachelard⁴⁶, em seus estudos sobre filosofia da pesquisa científica, permite entrever que mesmo as investigações nas ciências exatas não deixam de estar articuladas com

45 MORICEAU, Jean-Luc. Autoethnographie: Conter soi-même comme un autre. In: MORICEAU, Jean-Luc (org.). *Recherche qualitative en sciences sociales: S'exposer, cheminer, réfléchir ou l'art de composer sa méthode*. Paris: EMS Editions, 2019.

46 BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

as perguntas de seu próprio tempo, em uma perspectiva trabalhada também por Poincaré⁴⁷ e Kuhn⁴⁸. De outro, há motivações pessoais vinculadas à dedicação ao trabalho de investigação sobre um tema. Essa dimensão subjetiva, lembra Bachelard⁴⁹, está presente em qualquer pesquisa, mesmo dentro da lógica das ciências exatas.

Quando se pensa no estudo de uma situação de estigmatização, haveria espaço para qual extensão da subjetividade? O próprio Goffman, ao criar a noção, não parecia se apresentar como tal: não há necessidade, parece tentar nos dizer, de ter algum estigma para estudá-lo. Ao mesmo tempo, essa perspectiva também pressupõe uma limitação: só é possível ir até certo ponto com as técnicas costumeiras de obtenção de dados, como a entrevista ou o grupo focal.

Isso remete a pensar que pesquisadoras e pesquisadores são sujeitos inseridos em um tempo histórico, com experiências individuais singulares, mas que se articulam com as práticas sociais e as condições materiais de sua época. Para Pedrotti⁵⁰, “a construção de identidade de um indivíduo vem atravessada por construções adjacentes a ele, o que inclui o modo como escolhe se projetar ao outro, dentro de uma unidade social reconhecida por ele”.

A observação desse próprio tempo, seus mal-estares e questionamentos ocorrem exatamente no âmbito da percepção de sujeitos contemporâneos – como recorda Agamben⁵¹, ser contemporâneo não significa estar no próprio tempo, mas procurar uma descentralidade em relação ao tempo vivido, que permite colocá-lo em alguma perspectiva.

A emergência desse tipo de discussão, nas últimas décadas, vem permitindo questionar um modelo mais calcado na perspectiva de uma cientificidade e abrindo espaço para a entrada do vivido, do experienciado, dos saberes fora do cânone, dentro de espaços universitários até então consideravelmente refratários a esse tipo de experiência.

Um deslocamento resultante disso é pensar em que medida a pesquisa em Comunicação, além de abarcar as interações entre “sujeito e objeto”, auxilia a compreender as interações entre sujeitos que se encontram – daí a perspectiva ética – na construção de saberes comuns. Em última instância, sujeito pesquisador e sujeito de pesquisa se encontram no mesmo indivíduo, ao mesmo tempo vinculado à academia e portador de uma história, de vínculos e marcas que busca estudar. Ao que tudo indica, certas parcelas da universidade vêm se debruçando com renovado interesse nessa questão, sobretudo na pergunta pelas possibilidades de estudar o “outro”, próximo de uma literalidade, em relação ao estudo da própria experiência: se o distanciamento e a objetividade foram, e talvez ainda sejam, as réguas básicas da pesquisa acadêmica, mesmo dentro das Humanas, para uma outra direção, voltada para perguntar qual é a possibilidade de captura, no discurso acadêmico, das vivências de outrem.

Dito de outra maneira, é possível notar uma mudança, ao menos nos últimos vinte anos, da pergunta “Pode-se pesquisar o que se vive?”, na qual a proximidade era vista como um impeditivo, para “Pode-se pesquisar o que não se vive?”. Trata-se, ao que tudo indica, de um movimento dialético no qual a

47 POINCARÉ, Henri. **O valor da ciência**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

48 KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

49 BACHELARD, Gaston. **A formação...** Op. cit.

50 PEDROTTI, Allane de Souza. **Transgressões...** Op. cit., p. 67.

51 AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros textos**. Chapecó: Argos, 2012.

anterior recusa da subjetividade é pautada agora em uma tematização dessa mesma perspectiva. O elemento subjetivo, dessa maneira, não se confunde com a personalidade da escrita, mas com o reconhecimento de que a autoria é parte de um sujeito social, vinculado a um entrelaçamento de discursos.

É sintomático que esse movimento tenha partido sobretudo de autoras e escritoras – Spivak⁵², Butler⁵³, Ribeiro⁵⁴ e hooks⁵⁵ que, vivendo a experiência da pobreza, do exílio e da discriminação, oferecem um gesto epistemológico de recusa a um modelo acadêmico que apaga o vivido em nome da objetividade, e diminui a experiência de sujeitos pesquisadores buscando uma universalidade. O estudo da condição de si mesmo enquanto vinculado a uma perspectiva histórica se distancia da pesquisa que parte de um “eu” individual, mas insere-se dentro de uma lógica coletiva na qual a palavra-chave, ao que tudo indica, seria antes “representação” do que “estudo”.

A título de exemplo, as discussões sobre autoetnografia parecem justamente se pautar pela reivindicação de validade da experiência de sujeitos que se valem da singularidade de suas vivências para, em uma postura autorreflexiva, pensarem a si mesmos como representantes de algo mais amplo em termos sociais. Em outros termos, não se estuda o “eu” enquanto indivíduo, mas a singularidade de um sujeito pensado em si mesmo, dentro das reflexividades sociais, históricas e políticas nas quais está inserido. Segundo Moriceau⁵⁶, a autoetnografia se funda sobre a descrição, em primeira pessoa, de experiências e experimentações singulares, encarnadas e situadas em uma cultura, evidenciando uma condição e uma trajetória que nos interpela e nos afeta:

Ela parte de uma descrição densa da experiência vivida, com o objetivo de retratá-la em sua integridade, desvelando seu aspecto ético, político e cultural. A autoetnografia adiciona a essa descrição um posicionamento reflexivo, a fim de conferir sentido e dialética à experiência vivida. Se ela parte de uma experiência singular, ela demanda ao pesquisador uma distinção entre vários níveis de subjetividade, um trabalho que ocorre na escritura, na articulação com os conceitos e com o conhecimento a ser apresentado e partilhado. O dilema ético não nos é apresentado como um problema a ser solucionado, mas em sua potência, tal como foi vivenciado pelo pesquisador, nos demandando compreender toda a complexidade e reagir.

Sob esse aspecto, não se trata de contar sua própria história apenas, mas de empreender um difícil esforço de reflexividade, em um combate com e contra si mesmo, em conexão com conceitos e autores que iluminam o trajeto da pesquisa que se faz sempre em diálogo com os outros. O objetivo da autoetnografia, segundo Moriceau, não é provar ou confirmar algo: sua riqueza e suas ambiguidades evidenciam a complexidade de uma situação ou condição, retratando um percurso diante de uma problemática. A fala como lugar de elaboração, de partilha e de reflexividade é o centro de uma reivindicação de legitimidade do saber corporificado. Como salienta Ribeiro⁵⁷, esse tipo de reivindicação de reconhecimento de um lugar específico do qual se fala não se constitui em prerrogativa ou impeditivo para a fala, mas na localização de uma fala e de

52 SPIVAK, Gayatri C. *In other worlds*. Londres: Routledge, 2006. SPIVAK, Gayatri C. *Outside in the teaching machine*. Londres: Routledge, 2008.

53 BUTLER, Judith. *Gender trouble*. Londres: Routledge, 2008.

54 RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. São Paulo: Summus, 2018.

55 hooks, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Martins Fontes, 2020. É importante mencionar que a própria autora definiu que seu nome seja grafado com as iniciais minúsculas, de maneira a conferir destaque à sua obra, e não à sua biografia, como pode ser conferido, por exemplo, na seguinte matéria do jornal Washington Post: <https://www.washingtonpost.com/lifestyle/2021/12/15/bell-hooks-real-name/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

56 MORICEAU, Jean-Luc. *Autoethnographie...* Op. cit., p. 55.

57 RIBEIRO, Djamila. *O que...* Op. cit.

uma possibilidade de escuta. É possível aqui pensar a relação ética que conduz o encontro na pesquisa como uma forma de responder à demanda irrecusável de um rosto, tal como definido por Lévinas⁵⁸. É importante lembrar que o rosto não se confunde com a face humana, mas promove uma abertura e um acolhimento para o entendimento de suas condições de vulnerabilidade. Assim, como enfatiza Butler, o rosto não se configura só como o que nos é ofertado à visão (o visível), mas é, sobretudo, um apelo, um clamor que nos interpela e nos exige uma resposta.

Responder ao rosto, entender seu significado quer dizer acordar para aquilo que é precário em outra vida ou, antes, àquilo que é precário à vida em si mesma. Isso não pode ser um despertar, para usar essa palavra, para minha própria vida e, dessa maneira, extrapolar para o entendimento da vida precária de outra pessoa. Precisa ser um entendimento da condição de precariedade do Outro. É isto que faz com que a noção de rosto pertença à esfera da ética.⁵⁹

Pesquisas sobre autorrepresentação pautadas em experiências vividas e, até recentemente, objetos de forte estigma social, parecem apresentar uma potência de construção heurística não só bastante apropriada para a compreensão da situação, mas também como informação para outras pessoas nas mesmas condições e, mais ainda, no compromisso de afirmação das chances de transformação.

Algo assim requer um movimento teórico-metodológico que transcende o que poderia ser entendido como uma simples escolha de objetos de pesquisa: pensar a própria condição estigmatizada em suas vulnerabilidades e potências de transformação em agenciamento de sujeitos autônomos demanda revisões na construção do saber pautado na prática de pesquisa.

4. DESLOCAMENTOS PRÁTICO-CONCEITUAIS NA PESQUISA SOBRE ESTIGMA

A recepção de temas, nas práticas de orientação, tende a acontecer geralmente nos momentos iniciais de orientação, quando, após processos seletivos, alunas e alunos chegam ao instante de proposição, agora já em caráter “oficial” (e descontando conversas anteriores à entrada). Se não é aqui, evidentemente, o lugar de discussão dos critérios de atribuição de orientações, é possível seguir diretamente para a etapa no foco deste trabalho: a pesquisadora ou pesquisador apresenta, como proposta de pesquisa, um estudo relacionado a uma situação na qual está inserida diretamente, uma vivência reconhecida socialmente como estigmatizante.

O estigma, lembram Kleinman e Hall-Clifford⁶⁰, é um processo que encerra em si dimensões sociais, culturais e morais. Essa processualidade, recordam Siqueira e Cardoso⁶¹, está implicada tanto em espaços sociais marcados pela exclusão – como situa Andrade⁶² ao estudar idosos, ou Lemos e Mantuano⁶³, ao

58 LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós*. Petrópolis: Vozes, 2011.

59 BUTLER, Judith. *Vida precária*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 59.

60 KLEINMANN, Arthur; HALL-CLIFFORD, Rachel. Stigma: a social, cultural and moral process. *Journal of Epidemiologic Community Health*, Londres, v. 63, n. 6, p. 418-419, 2009.

61 SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social. *Imagotautas*, Pontevedra, v. 2, n. 1, p. 92-113, 2011.

62 ANDRADE, Maria. Estigma e velhice: ensaios sobre a manipulação da identidade deteriorada. *Kairós*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2011.

63 LEMOS, Daniel; MANTUANO, Giovanna. Estigma e paradoxo: o desvio e a exclusão em uma escola Freinet. *Inter-legere*, Natal, v. 5, n. 34, p. 1-17, 2022.

pesquisarem exclusão e desvio em uma escola – quanto em situações nas quais a aparente normalidade é colocada como um fator de realce para a afiguração do estigma.

Pesquisar a si mesmo, ou ao grupo no qual se está inserido, dentro de uma perspectiva na qual há o reconhecimento tácito – posto que interiorizado em um amplo processo de violência simbólica – da condição do estigma; afirmar-se como pesquisadora ou pesquisador não em uma relação de distância com o estigma, mas assumindo-o dentro de uma instância acadêmica legítima e legitimada pelos próprios processos. Trata-se de uma jornada que demanda não apenas interesse, mas também disposição de pesquisadoras e pesquisadores em tornar público um dado considerado socialmente inferiorizante – e, disso, resultar elementos positivos.

Uma das características da pessoa ou grupo estigmatizado, como lembra Goffman⁶⁴, é precisar explicar e justificar seu estigma o tempo todo. É necessário justificar constantemente sua própria existência, uma condição que, sendo visível ou presumida, parece sempre estar na linha de questionamento de outras pessoas. Não se passa despercebido na rua quando se tem um estigma, e a prerrogativa de ser ignorado, de ser alvo de uma “desatenção polida”, para o autor, é um amplo marcador das condições de desigualdade social.

Ao tratar do tema, Butler⁶⁵ destaca que a convocação de uma narrativa de si está na raiz do que denomina “violência ética” dos sujeitos. A demanda pela explicação constante de si mesmo, justificando-se por algo que não precisaria ser sequer tematizado, está em uma das raízes, identificada pela filósofa estadunidense, da violência perpetrada contra alguns sujeitos – porque nem todos precisam ficar o tempo todo justificando sua própria existência, suas características ou origens.

A elaboração do estigma como tema de pesquisa, no entanto, requer esse tipo de ação: espera-se que a pessoa, ao apresentar um tema, dedique algum tempo a explicar seus interesses e seu vínculo com o assunto, entendidos como algumas das motivações que a levaram até ali.

No caso do estudo do próprio estigma, o primeiro movimento é a afirmação e o reconhecimento desse tipo de identidade como uma das linhas centrais que pautarão as relações de pesquisa: é como sujeitos históricos, antes de pesquisadores, que os indivíduos se apresentam. A identidade se manifesta, nesse sentido, como justificativa da realização de uma pesquisa, em uma reviravolta das condições de objetividade da ciência: estuda-se o vivido desde a primeira pessoa, porque não é possível separar esses dois termos.

Mas há um passo adiante: o reconhecimento da validade epistemológica desse vivido enquanto algo inseparável de si mesmo – se é complexo separar “sujeito” e “objeto” nas Ciências Sociais, quanto mais se poderia pensar nisso quando há uma coincidência de saída entre ambos. E, nas pesquisas sobre estigma, a autorrepresentação das pessoas ou populações estigmatizadas evidentemente apresentam-se como um dos elementos fundamentais para a compreensão dos processos a serem estudados.

64 GOFFMAN, Erving. *Estigma...* Op. cit.

65 BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Há, nesse sentido, uma dimensão fundamental do cuidado e da suavidade, como lembra Dufourmantelle⁶⁶, que, sem ultrapassar as fronteiras mencionadas de uma relação de orientação de pesquisa, implica também o reconhecimento de um trabalho que, por sua dimensão relacionada ao sensível, não pode ignorar o fato de que se está trabalhando com o reconhecimento de subjetividades às vezes tornadas vulneráveis por acontecimentos ou fenômenos mais amplos, responsáveis pelo estabelecimento de formas de vida e experiência nem sempre reconhecidas como legítimas ou passíveis de luto, na perspectiva de Butler⁶⁷.

O estigma caracteriza justamente uma identidade “danificada” (*spolied*, no original) a partir da qual se define o reconhecimento social dos sujeitos; uma vez na posição de pesquisadoras e pesquisadores do próprio estigma, há um delicado trabalho de fronteira no qual são enfrentadas inúmeras ambiguidades no sentido de tentar abordar temas que, por sua natureza, fogem a qualquer tentativa de apreensão redutora.

Diante do estigma, o sentido do cuidado acadêmico encontra uma miríade de vertentes que parecem requerer um alargamento dos limites estritamente técnicos no sentido de procurar contemplar a experiência de autonomia de sujeitos autônomos que, dentro de um ambiente universitário, interpelam as práticas de pesquisa – o estigma, nesse sentido, passa a compor uma cena de resistência na qual sua própria interpretação é revestida de um cuidado que não o transforma em objeto, mas reconhece sua condição de vivência.

A estigmatização não se encerra na delimitação das características e da localização social dos sujeitos estigmatizados. Em sua dinâmica, é possível encontrar também, às vezes em situações-limite, o acionamento de potencialidades relacionadas às práticas coletivas de sujeitos auto-organizados, reassumindo as possibilidades de agenciamento a partir da ressignificação de práticas – e discursos, conforme indica Delgado⁶⁸ –, bem como a afirmação de suas formas de vida. De maneiras diferentes, Hannem⁶⁹ e Pedrotti⁷⁰ indicam as potências de organização de sujeitos em situações de estigmatização no sentido de inverter a direção das linhas de força inicialmente responsáveis por uma situação. Nesse processo, emergem laços sociais e reinterpretções para além do processo de estigmatização.

O reconhecimento do estigma é também o reconhecimento das potencialidades de sua compreensão a partir da discussão de genealogias de dominação e hegemonia, mas também de práticas de resistência e compromisso. Tomamos aqui a noção de hegemonia conforme desenvolvida por Stuart Hall (2013), inspirado pelo pensamento de Antônio Gramsci, que lhe atribui o sentido a partir da definição de um processo contínuo de luta, no qual ela se faz e se desfaz a partir de articulações entre dominantes e dominados. Assim, hegemonia e resistência relacionam-se de maneira conflitiva, pois as apropriações do hegemônico revelam questionamento, ainda que nem toda recusa se transforme em resistência. Hall argumenta que existem agenciamentos hegemônicos que “constrangem, modelam, canalizam e, nesse sentido, determinam. Mas estes não podem definir, no sentido de fixar absolutamente ou garantir, as relações e elos que podem ser estabelecidos”⁷¹. Concordamos com Hall sobre o fato de que deveria ser possível

66 DUFOURMANTELLE, Anne. *Potências da suavidade*. São Paulo: N-1, 2022.

67 BUTLER, Judith. *Vida...* Op. cit.

68 DELGADO, José. *Lenguaje y estigma*. *Intertícios*, Madrid, v. 11, n. 2, p. 97-112, 2017.

69 HANNEM, Stacey. *Theorizing stigma and the politics of resistance*. In: HANNEM, Stacey; BRUCKERT, Chris (org.). *Stigma revisited: implications of the mark*. Ottawa: Ottawa University Press, 2012, p. 10-32.

70 PEDROTTI, Allane de Souza. *Transgressões...* Op. cit.

71 HALL, Stuart. *Significação, representação, ideologia*. In: SOVIK, Liv. (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 185.

pensarmos nas articulações a serem produzidas entre posições contraditórias e específicas, gerando práticas de resistência a partir das experiências vividas, dos saberes localizados e permeados de invenções, gambiarras e dialogias. Sobre a noção de dialogia, Hall⁷² menciona a maneira como Mikhail Bakhtin destaca a importância das alianças enunciativas construídas entre sujeitos e textos. As articulações entre práticas hegemônicas e contra-hegemônicas são tecidas a cada vez que um enunciado é criado, pois ele participa de um diálogo com outros enunciados, implicando, assim, os sujeitos que os elaboram. Hall aprecia a maneira como Bakhtin define as tensões entre enunciados que desfazem as hierarquias, questionando uma ordem cotidiana naturalizada. Por exemplo, a dialogia presente na paródia é capaz de gerar resistência, subversão e ruptura em relação a um mundo tido como oficial.

Sob esse aspecto, acreditamos que a prática de orientação se caracteriza sobretudo por uma perspectiva dialógica voltada para a desestabilização de um pretense saber estabilizado e para a promoção da construção de saberes articulados, que estabeleçam relações entre interlocutores situados e cujos enunciados são reciprocamente orientados, em conversa constante com outros textos, noções e experiências.

Na prática dialógica, as categorias de um saber historicamente ligado à universidade, como indicam Hall e hooks⁷³, estão em articulação com os saberes de sujeitos históricos responsáveis pela elaboração de todo um discurso de classificação e categorização do real, se não a partir de uma definição teórico-conceitual, de uma experiência vivida. Observa-se, nesse ponto, a emergência de novas categorias teóricas apropriadas para dar conta desse tipo de experiência para além dos conceitos e teorias em circulação na área – sem, evidentemente, traduzir isso em um gesto de recusa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência de sujeitos-pesquisadores que trazem suas experiências, sobretudo as de estigmatização social, parece requerer uma outra postura de orientadoras e orientadores não apenas em termos da acolhida a temáticas novas, mas também à percepção sobre a necessidade de repensar o uso dos conceitos acionados para dar conta de vivências nem sempre contempladas dentro de um cânone teórico majoritariamente composto de referências alheias a esse tipo de universo.

Este texto nasceu das práticas de orientação de pesquisa, derivado de uma observação assistemática, mas constante, dos desafios trazidos no encontro de subjetividades que caracteriza esse espaço da vida acadêmica. As atividades de orientação permitem ver como subjetividades se configuram e reconfiguram em suas relações sociais, trazendo as inquietações de pesquisadoras e pesquisadores que emergem das tramas sociais nas quais se inserem. A pesquisa sobre estigma, não raro, inclui um reposicionamento de orientadoras e orientadores

72 Idem. Para Allon White: metáforas de transformação. In: SOVIK, Liv. (org.) **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 240.

73 hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico**. São Paulo: Elefante, 2021.

diante de suas atividades e posturas ao lidar com vulnerabilidades, por vezes históricas, que atravessam com especial força os sujeitos pesquisadores.

Debruçar-se sobre o próprio estigma, observar suas raízes, condições sociais e interseccionais de produção, vínculos e derivações exige de pesquisadoras e pesquisadores uma relação de intensidade com a pesquisa, e demanda de orientadoras e orientadores posturas que trabalhem uma metodologia que inclua essas dimensões afetivas.

Observa-se a necessidade de pensar metodologicamente os processos de estigmatização como fenômenos socialmente naturalizados e incorporados às práticas cotidianas que, exatamente por sua microdimensão, podem passar despercebidos aos olhares menos atentos. A pesquisa sobre estigmas e processos de investigação, quando conduzidas pelos próprios sujeitos desse processo, reveste-se de uma intensidade afetiva que demanda o reconhecimento das potencialidades investigativas de sujeitos engajados no conhecimento de processos históricos do qual são protagonistas. Na prática acadêmica, isso se traduz não apenas no sentido de acolher novos sujeitos de pesquisa e objetos de conhecimento, mas também na busca por repensar os conceitos, as teorias e as metodologias acionadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros textos**. Chapecó: Argos, 2012.
- ANDRADE, Antonio S. et al. Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 36, n. 4, p. 831-846, 2016.
- ANDRADE, Maria. Estigma e velhice: ensaios sobre a manipulação da identidade deteriorada. **Kairós**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 79-97, 2011.
- ARANDA, Ana M. et al. Standing on the shoulders of Goffman. **Business & Society**, Thousand Oaks, v. 62, n. 7, p. 1339-1377, 2023.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble**. Londres: Routledge, 2008.
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- BUTLER, Judith. **Vida precária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- COSTA, Flávia; DIAS, Naissa. “Tu nem é um homem de verdade”: estigma, violência simbólica e discursos de homofobia no contexto escolar. **Contracorrente**, Manaus, n. 13, p. 67-82, 2019.

DELGADO, José. Lenguaje y estigma. **Interstícios**, Madrid, v. 11, n. 2, p. 97-112, 2017.

DUFOURMANTELLE, Anne. **Potências da suavidade**. São Paulo: N-1, 2022.

FARO, André. Estresse e estressores na pós-graduação: estudo com mestres e doutorandos no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 51-60, 2013.

FERREIRA SOBRINHO, José. **Pesquisa em Direito e redação da monografia jurídica**. Porto Alegre: Safe, 1997.

GIBBONS, Brogan; BIRKS, Matt. Is it time to re-visit Stigma? **British Journal of Mental Health Nursing**, Londres, v. 5, n. 4, p. 260-264, 2016.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade danificada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. A ordem da interação. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 571-603, 2019.

GOMES, Claudia; COMONIAN, Julia; ARAÚJO, Crislaine. Sofrimento psíquico na universidade: uma análise dos sentidos configurados por acadêmicos. **Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 72, n. 2, p. 255-266, 2018.

GRADELLA JÚNIOR, Osvaldo. Sofrimento psíquico e trabalho intelectual. **Cadernos de psicologia do trabalho**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 133-148, 2010.

HALL, Stuart. Significação, representação, ideologia. In: SOVIK, Liv. (org.) **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 160-198.

HALL, Stuart. Para Allon White: metáforas de transformação. In: SOVIK, Liv. (org.) **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 219-244.

HANNEM, Stacey. Theorizing stigma and the politics of resistance. In: HANNEM, Stacey; BRUCKERT, Chris (org.). **Stigma revisited: implications of the mark**. Ottawa: Ottawa University Press, 2012. p. 10-32.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico**. São Paulo: Elefante, 2021.

KALEKIN-FISHMAN, Devorah; HISCOCK, Michel. Jeux, rituels et théâtre: éléments de la grammaire d'action sociale de Goffman. **Cahiers de sociologie économique et Culturelle**, Paris, v. 10, n. 1, p. 81-94, 1988.

KLEINMAN, Arthur. Santé et stigmat. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, v. 143, n. 1, p. 97-99, 2002.

KLEINMAN, Arthur; HALL-CLIFFORD, Rachel. Stigma: a social, cultural and moral process. **Journal of Epidemiologic Community Health**, Londres, v. 63, n. 6, p. 418-419, 2009.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KUSOW, Abdi. Contesting Stigma: On Goffman's assumptions of normative order. **Symbolic Interactionism**, Hoboken, v. 27, n. 2, p. 179-197, 2004.

LEMOS, Daniel; MANTUANO, Giovanna. Estigma e paradoxo: o desvio e a exclusão em uma escola Freinet. **Inter-legere**, Natal, v. 5, n. 34, p. 1-17, 2022.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOUZADA, Rita; SILVA FILHO, João. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, 2005.

MANCOVSKY, Viviana. Prologo. In: MANCOVSKY, Viviana (org.). **Pedagogia de la formación doctoral**. Buenos Aires: Biblos, 2021.

MARTINO, Luís. **Métodos de pesquisa em Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2018.

MARTINO, Luís. **10 lições sobre Goffman**. Petrópolis: Vozes, 2021.

MARTINO, Luís; MARQUES, Angela. A afetividade do conhecimento na epistemologia. **Matrizes**, São Paulo, n. 8, p. 217-234, 2018.

MARTINO, Luís; MARQUES, Angela. Toda gordinha tem o direito de se vestir bem e estar na moda. **Dobras**, São Paulo, n. 33, p. 16-37, 2021.

MAZZILLI, Sueli. **Orientação de dissertação e teses: em que consiste?** Araraquara: JM Editora, 2009.

MELO, Zélia A. Estigma: espaço para a exclusão social. **Ciências, humanidades e letras**, Rio de Janeiro, v. 4, n. especial, p. 18-22, 2000.

MIRIC, Marija et al. Microsociología del estigma. **Psicología e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 172-185, 2017.

MORICEAU, Jean-Luc. Autoethnographie: Conter soi-même comme un autre. In: MORICEAU, Jean-Luc (org.). **Recherche qualitative en sciences sociales: S'exposer, cheminer, réfléchir ou l'art de composer sa méthode**. Paris: EMS Editions, 2019. p.53-66.

NIZET, Jean; RIGAUX, Natalie. **A sociologia de Erving Goffman**. Petrópolis: Vozes, 2016.

PEDROTTI, Allane de Souza. Transgressões ao estigma de mulher negra e projeções de um self ressignificado. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 61-78, 2019.

POINCARÉ, Henri. **O valor da ciência**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

PUPPIN, Andrea. Da atualidade de Goffman para a análise de casos de interação social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 80, n. 195, p. 244-261, 1999.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. São Paulo: Summus, 2018.

ROZENDO, Kelly; DIAS, Carmen. Possibilidades de sofrimento psíquico no âmbito do mundo do trabalho do professor de pós-graduação *strictu sensu*. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 12, n. especial, p. 1640-1648, 2015.

SAYÃO, Sandro; ACIOLY, Dimitri. Goffman e Butler: sobre a desumanização do criminoso. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 13-31, 2020.

SCHNETZLER, Roseli; OLIVEIRA, Cleiton. **Orientadores em foco**. Brasília, DF: Liberlivro, 2010.

SIQUEIRA, Ranyella; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social. **Imagonautas**, Pontevedra, v. 2, n. 1, p. 92-113, 2011.

SPIVAK, Gayatri. **In other worlds**. Londres: Routledge, 2006.

SPIVAK, Gayatri. **Outside in the teaching machine**. Londres: Routledge, 2008.

TYLER, Imogen. Resituating Erving Goffman. **The sociological review monograph**, Hoboken, v. 66, n. 4, p. 744-765, 2018.

TYLER, Imogen; SLATER, Tom. Rethinking the sociology of stigma. **The sociological review monograph**, Hoboken, v. 66, n. 4, p. 721-743, 2018.

VERMOTE, Kristof. The macula servitutis of Roman freedmen. Neque enim aboletur turpitudine, quae postea intermissa est? **Revue belge de philologie et d'histoire**, v. 94, n. 1, p. 131-164, 2016.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**. Campinas: Papirus, 1988.

WISKER, Gina. **The good supervisor**. London: Palgrave, 2012.